

# Crise brasileira durante os governos Dilma e a nova onda migratória para os Estados Unidos

## *Brazilian crisis during Dilma's governments and the new wave of migration to the USA*

**RAÍSSA FERREIRA FIGUEIREDO<sup>1</sup>**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**LIRIAN MELCHIOR<sup>2</sup>**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O presente artigo busca analisar a relação entre a crise econômica durante o governo da presidenta Dilma Rousseff e uma nova onda migratória de brasileiros para os Estados Unidos da América. Trata-se de um novo perfil socioeconômico de migrantes que se distingue dos movimentos migratórios anteriores de brasileiros para este país, em especial para o estado da Flórida, analisado neste artigo. A união entre setores das camadas dominantes e a mídia foi eficaz em disseminar a percepção de ameaça aos privilégios de uma classe média cada vez mais amedrontada, resultando no *impeachment* da então presidenta em 2016. Diante da crise instaurada e da intensa cobertura midiática que propagava o terror, integrantes destas camadas buscaram nos Estados Unidos uma oportunidade de manutenção dos padrões de vida semelhantes aos que possuíam no Brasil.

**Palavras-chave:** migrantes brasileiros; Estados Unidos; governo Dilma Rousseff; crise.

---

1 - Graduada em Geografia pela UFRRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2040-5390> E-mail: [rais-saffigueiredo@hotmail.com](mailto:rais-saffigueiredo@hotmail.com)

2 - Doutora em Geografia pela UNESP. Professora Associada do Departamento de Geografia da UFRRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8571-2538> E-mail: [lirianmelchior@ufrrj.br](mailto:lirianmelchior@ufrrj.br)

**Abstract:** This article seeks to analyze how the economic crisis during President Dilma Rousseff's administration propelled a new wave of Brazilian migrants to the United States. This wave is characterized by a distinct socioeconomic profile of migrants, different from previous flows in the history of Brazilian migration to the United States, with particular attention to the state of Florida. The alliance between sectors of the ruling class and the media was effective in disseminating the perception of a threat to the privileges of an increasingly fearful middle class, culminating in the impeachment of the then-president in 2016. Faced with the established crisis and the intense media coverage propagating fear, the middle class sought an opportunity in the United States to maintain a standard of living similar to what they had in their home country.

**Keywords:** brazilian migrants; United States; Dilma Rousseff government; crisis.

## INTRODUÇÃO

As relações entre as conjunturas econômicas e políticas com as migrações internas ou internacionais são bastante estreitas e fornecem elementos para a compreensão dos fluxos migratórios, de suas características sociais e das territorialidades envolvidas. Assim, a crise econômica e política instaurada durante os dois governos da presidenta Dilma Vana Rousseff<sup>3</sup> agravou instabilidades políticas que culminaram com as manifestações de junho de 2013. Destaque-se que, entre outras razões, as manifestações evoluíram diante da forte oposição enfrentada no Congresso Nacional, chegando ao processo de *impeachment* em 2016.

Dessa forma, abordaremos neste artigo os desdobramentos deste período de crise para analisar os movimentos migratórios subsequentes para os Estados Unidos da América, em grande parte, de emigrantes provenientes de camadas do que poderíamos chamar de “classe média”. Assim, nosso objetivo é debater as relações entre a crise econômica e política e o fluxo migratório para os Estados Unidos, analisando os discursos e as alegações utilizadas pelos migrantes, com recorte para o estado da Flórida. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica, em fontes secundárias e em publicações de grande acesso – jornais e revistas da época.

O artigo encontra-se organizado em quatro partes, quais sejam: 1. Um resumo dos primeiros passos do Lulismo; 2. Governo Dilma: crise e queda; 3. O descontentamento da classe média e a motivação de migrar e 4. Análise das migrações para a Flórida.

---

3 - De 1 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016. Ressalte-se que estes governos sucederam os dois governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deixou a presidência em 2010 com índices de aprovação excelentes.

## 1. UM RESUMO DOS PRIMEIROS PASSOS DO LULISMO

Com a eleição de Lula à presidência em 2002, o Brasil teve um fôlego de esperança quanto a políticas voltadas para o âmbito social e para os mais pobres. O Partido dos Trabalhadores (PT) ter chegado ao cargo mais importante do país era algo significativo para uma parte da esquerda, mas alguns setores já haviam rompido em função de acordos que vinha fazendo com alas da direita.

Ricardo Antunes (2020) destaca um caráter de continuidade do neoliberalismo no governo Lula, e não de rompimento, preservando a formação social burguesa. Ele ressalta que a hegemonia do capital financeiro não foi contestada e o país permaneceu submetido à cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ainda de acordo com Antunes (2020), no segundo governo, em 2006, diante do enfrentamento de dificuldades por conta dos escândalos, como os do “mensalão”, foram ampliadas políticas assistencialistas como o programa Bolsa Família e o aumento real do salário-mínimo, estimulando o apoio das parcelas paupérrimas da sociedade.

Singer (2012), nesse sentido, explica que esse é o *modus operandi* do lulismo. Trata-se de “combater a pobreza [...] por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade [...] sem confrontar os interesses do capital.” (SINGER, 2012)

Fazendo um recorte para o debate da migração, os governos de Lula (2003 a 2010) tomaram decisões mais inclusivas tanto para os brasileiros que partiram do Brasil, quanto para estrangeiros que vieram ao país. Reis (2011) ressalva que apesar das críticas recebidas com relação aos direitos humanos em âmbito nacional e internacional, as políticas migratórias tiveram uma gestão positiva (REIS, 2011). O governo promoveu, em 2009, anistia aos imigrantes indocumentados no Brasil, viabilizou a reforma da lei dos estrangeiros e pontuava em eventos, como o Terceiro Fórum Mundial da Aliança das Civilizações, em 2010, a perseguição sofrida pelos latino-americanos nos países centrais, principalmente nos EUA.

Entretanto, a atividade emigratória durante esse governo não era um problema no Brasil, uma vez que não havia impactos econômicos estruturais significativos. Teresa Sales (2009), em texto para a I Conferência sobre a Comunidade Brasileira no Exterior, descreve como a economia brasileira cresceu, principalmente entre os anos de 2006 e 2007, quando o país acumulou reserva excedente significativa de dólar, além de ter atingido uma redução significativa na taxa de desemprego. A questão emigratória entrou para a agenda política, segundo Reis (2011), por conta do ativismo dos grupos migrantes e pela compreensão do fator estratégico das migrações internacionais nas relações globais.

Quanto ao fluxo de brasileiros para os EUA durante o governo Lula, Álvaro Lima e Alanni de Castro (2017) apontam, em publicação do Ministério das Relações Exteriores, que, em 2002, o número de brasileiros documentados no país era de 279.996 pessoas, segundo dados coletados pelos autores no American Community Survey (ACS). Em 2006 esse número alcançou 342.555, aproximadamente 22,3% de aumento, no entanto, em 2000 eram 212.428 brasileiros. É importante destacar aqui que o ACS acaba por desconsiderar os imigrantes indocumentados, caso contrário, esse número de brasileiros cresceria. Em outro livro publicado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) com trabalhos da I Conferência “Brasileiros no Mundo” de 2007, Maia (2009) nos mostra alguns dados, estimados pelo MRE, de imigrantes documentados e indocumentados, sendo 3.135.000 brasileiros fora do país e 1.245.000 vivendo nos Estados Unidos no ano de 2007.

Com a crise econômica que atingiu os Estados Unidos entre 2007 e 2008, o dólar se desvalorizou e as políticas de migração ficaram mais rígidas no país. Segundo levantamentos no American Community Survey de 2011, feitos por Pannosso (2019), a população brasileira diminuiu em 8% entre 2007 e 2011. Já o Ministério das Relações Exteriores aponta para 20% dos brasileiros retornados, também segundo dados levantados pela autora. Oportunidades de emprego cada vez mais escassas e precárias, índices de desemprego altíssimos no país, aumento da inflação e desvalorização do dólar foram fatores que influenciaram o retorno. Em contrapartida, os índices econômicos do Brasil eram mais atrativos na época.

Alguns estudiosos apontavam para o fim da “era de ouro da emigração”. Fernandes, Nunan e Carvalho (2011) afirmam que:

A era de ouro da emigração chegou ao fim. Vários fatores contribuíram para isso, como a “construção” da fortaleza Europa com os alicerces fundados na xenofobia, as leis restritivas aos imigrantes nos Estados Unidos que criminalizam a migração irregular, antes um problema puramente administrativo. A crise econômica extinguiu postos de trabalho e reduziu a capacidade produtiva de países que tinham na mão de obra imigrante a força de trabalho para a manutenção do crescimento econômico. Do lado brasileiro, como um fator de atração, a resposta da nossa economia à crise econômica e os esforços que conduziram o país a uma posição invejável no cenário internacional têm colocado, para aqueles que vivem no exterior, o dilema de tudo deixar e enfrentar o retorno. Ao mesmo tempo, a busca por profissionais qualificados no mercado nacional norteadas pela agenda de investimentos em futuros projetos, não deixa sombra de dúvidas que o nosso país está entrando em uma nova fase migratória (FERNANDES; NUNAN; CARVALHO, 2011, p.93-94).

Lula terminou seu mandato com mais de 80% de aprovação, segundo pesquisa do Ibope. Os índices indicavam um país em crescimento. No final de 2010, o crescimento do PIB alcançou 7,5%, o salário-mínimo aumentou 6% acima da inflação, junto com as possibilidades de crédito, que se estenderam de 25% para 45% do PIB. O desemprego caiu para 5,3% (próximo ao pleno emprego) e, tratando-se de desigualdade, o índice de Gini chegou a 0,5304 (SINGER, 2012). Vindo de dois mandatos consecutivos, era hora de pensar num candidato para transferir seus votos e continuar seu projeto político. A ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi nomeada pré-candidata à presidência e, no final de 2010, foi eleita ao cargo.

## 2. GOVERNO DILMA: CRISE E QUEDA

Aqui se dá início a uma nova fase do lulismo. Dilma foi escolhida para o cargo para que mantivesse o legado dos governos anteriores do PT, mas decidiu, ao longo de sua caminhada, tomar algumas decisões independentes do projeto anterior. Para Singer (2015), numa visão geral, a diferença de Lula e Dilma era que o primeiro evitava confronto, enquanto Dilma entrava em combate. Para Antunes (2020), a ex-presidenta foi uma “criatura política de Lula” e nela faltava densidade social e política.

Com o novo governo vieram novas propostas. Singer (2015) aponta o “sonho rooseveltiano” da criação de uma nova classe média, através da ascensão da classe mais pobre com um maior poder de compra. Isso seria possível a partir de políticas que promovessem o pleno emprego e o desenvolvimento do mercado interno. Seria mais uma vez uma aliança de classes, mas Dilma parecia mais disposta a enfrentar alguns setores do capital para construir um Estado mais presente no desenvolvimento do país.

A presidenta, então, criou inimigos sem ter uma base que lhe desse respaldo nas suas ações. Mesmo com o apoio do agronegócio, industriais, mercado financeiro e setores da esquerda, como vinha equilibrando Lula, todos esses setores ruíram um por um. A conciliação de classes tinha chegado ao seu estopim.

Em seu primeiro mandato, iniciado em janeiro de 2011, Dilma anunciou a nova matriz econômica que seria uma maior presença do Estado no planejamento e industrialização do país. A ideia era construir uma nação de classe média consistente. Incentivou a expansão do mercado interno com a produção de *commodities* e a redução de tributos, praticou políticas mantenedoras de juros altos, entre outros. Com a intensificação da crise mundial, Dilma tentou movimentar políticas para diminuição dos juros, rompendo, assim, com a ala rentista, pois afetava o que mais interessava para o capital: o lucro. Mesmo essa política não tendo seguido em frente, a desconfiança já havia sido instaurada.

Durante seu mandato, alguns escândalos de corrupção envolvendo o PT e seus aliados foram surgindo. Os megaeventos da Copa das Confederações e dos Jogos Olímpicos, e alguns dos projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como o Minha Casa Minha Vida foram acusados de serem utilizados como estratégia de corrupção. Isso causou indignação na população pelo elevado investimento, enquanto setores da saúde e educação sofriam com a falta de recursos. Singer (2018) complementa:

O crescimento de 3% do PIB em 2013, talvez por conta dos investimentos realizados para a Copa do Mundo de 2014, ajudou a manter o nível de emprego e os ganhos salariais dos trabalhadores. Entretanto, com o contínuo aumento dos juros, as perspectivas de manter o ritmo em 2014 estavam praticamente anuladas. A nova matriz tinha perdido momentum, e a estridência dos ataques ao ativismo estatal por parte dos bancos estrangeiros, das agências de risco, de instituições internacionais de controle econômico, de corporações multinacionais e de múltiplas vozes nos meios de comunicação de massa brasileira criava o clima necessário para forçar um ajuste recessivo [...]. (SINGER, 2018, p.54).

A mídia bombardeava diariamente com notícias desfavoráveis ao governo, o que contribuía para instabilidades políticas e econômicas no país. Embora os problemas do governo fossem evidentes, com o crescente desemprego, a redução do poder de compra da classe média e o declínio do mito da nova classe média, as redes de televisão culpabilizavam a corrupção do governo pelas políticas sociais.

Junho de 2013 foi o marco de um processo de mobilização política que levou diversos setores da sociedade civil às ruas, dentre eles a classe média, os movimentos de esquerda e a classe trabalhadora. Foi anunciado o aumento da passagem do transporte público em várias cidades do país. Essa ação, somada às insatisfações anteriores, foi capaz de incitar várias mobilizações pelo país, principalmente articuladas pelo Movimento Passe Livre através da internet. Para Antunes (2020) era claro o descontentamento da população com a forma de governo e que a conciliação de classe tinha chegado ao fim. Mauro Iasi complementa ao dizer:

A forma da explosão é compreensível. O caminho escolhido pelo ciclo do PT e sua estratégia desarmou a classe trabalhadora e sacrificou sua independência pela escolha de uma governabilidade de cúpula na qual a ação política organizada da classe jamais foi convocada. O resultado do governo de coalizão de classes promovido pelos governos petistas não foi o esperado, isto é, um acúmulo de forças que diante da impossibilidade de uma

alternativa socialista, deveria gerar uma democratização que prepararia terreno para futuros avanços. O acordo com a burguesia na cúpula produziu na base social uma reversão na consciência de classe e uma inflexão conservadora no senso comum (IASI, 2013, p.46).

As manifestações iniciadas em 2013 tinham como motivação original o descontentamento com o aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo, atrelado às pautas da esquerda como as reivindicações pela saúde e educação. No entanto, este ímpeto foi gradativamente perdendo espaço para pautas políticas que denotavam maior proximidade com o espectro político da direita e/ou extrema direita, assim como os atores políticos que galgaram proeminência ao promover novas reivindicações e protestos. Grupos de direita e extrema direita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua (VPR), além de instituições que também financiavam esses movimentos como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) geraram atores que se tornaram expoentes no cenário político brasileiro subsequente.<sup>4</sup>

Em março de 2014 tiveram início as investigações da “Operação Lava Jato”, cujo objetivo era apurar desvios de dinheiro da Petrobras. Singer (2015) aponta dois pontos de vista que explicariam a motivação dessa operação. O primeiro diz respeito à opinião de alguns estudiosos como Wanderley Guilherme dos Santos que consideram a situação como uma tentativa, junto à imprensa, de deslegitimar o Partido dos Trabalhadores. O segundo é baseado em opiniões como as de Marcus André Melo, que consideram ter sido um esforço exemplar da Polícia Federal, da Justiça Federal e do Ministério Público para melhorar o Brasil.

O que ficou evidente foi a extrema judicialização da política e o aparato midiático por trás de cada movimento da operação, além de ações arbitrárias como prisões sem provas a partir de delações premiadas (SINGER, 2018).

Ao final do ano de 2014, Dilma sagrou-se vencedora para o segundo mandato presidencial contra Aécio Neves. No entanto, com a grande insatisfação contra o PT e o solo fértil propagado pela mídia, o PSDB, juntamente com o seu candidato, viram a oportunidade de iniciar um golpe, visto que as vitórias eleitorais consecutivas do lulismo indicavam que por meios democráticos seria difícil derrotá-los (SINGER, 2018). Logo após as eleições, Aécio recorreu ao TSE solicitando uma auditoria, contestando a confiabilidade das urnas eletrônicas. Com os processos correndo, tanto os da Lava Jato, quanto o do TSE, Singer entende: “[...] dois projetos paralelos para derrubar Dilma competiam para ver qual chegaria antes.” (SINGER, 2015, p. 170).

---

4 - Deve, ainda, inserir o papel dos integrantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sob a liderança do então Senador e candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves.

Somam-se a isso as ações tomadas por Dilma que Singer (2018) chama de “ensaio republicano” que seria, nas palavras dele “[...] a limitação do esquema clientelista predatório incrustado no aparelho estatal brasileiro.” (SINGER, 2018). Ou seja, foi a tentativa de limpar a corrupção dentro da esfera pública, rompendo com o clientelismo e, por consequência, com o PMDB (partido de articulação fundamental para a governabilidade desde os governos Lula).

Eduardo Cunha, deputado federal pelo PMDB e presidente da Câmara dos Deputados<sup>5</sup>, que em 2011 havia sido exonerado da presidência de Furnas, abespinhado com a sua relação com o então governo PT, articulou, junto com o seu partido e outros partidos, também descontentes, incluindo o então vice-presidente Michel Temer, o processo de criminalização do governo Dilma e seu impeachment. Singer (2018) elucida:

Em resumo, à medida que Dilma cutucava as onças clientelistas, formava-se no Congresso uma sólida frente antirrepublicana, equivalente ao anti-desenvolvimentismo na economia [...]. Os deputados reunidos no bloco elegeriam Cunha presidente da Câmara em 2015 e, somados à vertente liderada pelo PSDB, derrubariam Dilma em 2016. O grupo de Temer, que começara aliado do PSDB dentro do pemedebismo, voltava às origens. “A cada dia que passa me convenço mais que temos de repensar esta aliança, porque não somos respeitados pelo PT”, afirmava Cunha no começo de 2014. A convenção do PMDB, em junho de 2014, teve 40% dos votos contra a renovação da aliança em torno de Dilma (SINGER, 2018, p.192).

Dilma ainda tentou algumas estratégias neoliberais como o ajuste recessivo em 2014 e algumas indicações para ministérios, como Joaquim Levy, na Fazenda. Da mesma forma, tentou pela esquerda, nomear Lula ministro da Casa Civil<sup>6</sup>. Estas medidas não foram exitosas, agravando a crise econômica e produzindo maiores instabilidades políticas.

Descrédibilizada, Rousseff teve seu mandato cassado no dia 31 de agosto de 2016 pelos crimes de pedaladas fiscais praticadas pelo Tesouro Nacional referentes à edição de créditos suplementares e atrasos no repasse para os bancos públicos. Devido a polêmicas sobre as razões legais encontradas para iniciar o processo de impeachment, grupos políticos diversos se manifestaram de forma desfavorável ao processo, denunciando-o como golpe.

---

5 - De 1 fevereiro de 2015 a 7 de julho de 2016.

6 - Impedido por determinação liminar do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes.

### 3. O DESCONTENTAMENTO DA CLASSE MÉDIA E A MOTIVAÇÃO DE MIGRAR

Durante os governos do PT, uma das principais bandeiras foi o aumento das camadas de poder aquisitivo mediano no Brasil, ou seja, a ascensão dos mais pobres ao “*status* de classe média” através do maior poder de consumo. Para melhor entendermos, os dados oficiais sobre classes são fornecidos pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que classifica a sociedade em estratos, as classes A, B, C, D e E, tendo como critérios o nível de renda, a propriedades de bens móveis e imóveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão exercida. Marilena Chauí, em texto para a coletânea “Por que gritamos golpe?” traz os dados alcançados durante os governos petistas com base nessa classificação:

Por esse critério, chegou-se à conclusão de que, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas para 63,5 milhões. No topo da pirâmide, houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas para 22,5 milhões. Mas a expansão verdadeiramente espetacular ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas para 105,4 milhões. Essa expansão levou a afirmação de que a classe média brasileira cresceu, ou melhor: de que teria surgido uma nova classe média (CHAUÍ, 2016, p.18 e 19).

Percebe-se, então, que houve a ascensão de uma parcela da sociedade por meio do consumo, beneficiados com as políticas do então governo, mas, em se tratando do comparativo entre a classe média e a classe trabalhadora (CHAUÍ, 2016), a segunda foi a que mais se beneficiou com as políticas econômicas. Todavia, entendemos que os governos do PT não foram de fato governos dos trabalhadores, pois o projeto neodesenvolvimentista privilegiava as empresas nacionais e a grande burguesia interna (BOITO JR, 2016).

Chauí (2016) diz que a classe média possui um lugar ideológico contraditório: não faz parte das classes dominantes, embora tente o tempo todo se afirmar como tal através do comportamento e do consumo; também não faz parte da classe trabalhadora e tenta a todo momento se afirmar como diferente. “Ela não detém o poder do Estado (que pertence à classe dominante) nem o poder social da classe trabalhadora organizada” (CHAUÍ, 2016). E, por esse motivo, tende a ser fragmentada, partida entre os que seguem um viés mais à direita ou mais à esquerda.

No entanto, o que se observa na trajetória da insatisfação pelos governos petistas, principalmente os de Rouseff, foi movida por uma classe média totalmente reacionária e conservadora, ou seja, cumprindo com o seu papel de garantir a hegemonia da classe dominante e assim se distinguir da classe

trabalhadora. Chauí (2016) ainda levanta a importância de caracterizar a classe média brasileira:

Cabe ainda particularizar a classe média brasileira, que, além dos traços anteriores, é também determinada pela estrutura autoritária da sociedade brasileira, marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e fortemente hierarquizada em todos os aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece; as diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdade que reforçam a relação mando-obediência, e as desigualdades são naturalizadas. As relações entre os que julgam iguais são de “parentescos”, isto é, de cumplicidade; e com os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação; quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão, de sorte que a divisão social das classes é determinada pela polarização entre a carência (das classes populares) e o privilégio (da classe dominante) (CHAUÍ, 2016, p. 25).

Boito Jr (2016) reforça o descontentamento da classe média e acrescenta que até certa parte das classes mais pobres foram cooptadas por esse discurso liberal:

O capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele associada contavam com o apoio eleitoral da alta classe média. Essa fração de classe sempre deixou entrever sua posição às políticas sociais dos governos do PT, percebidas como medidas indesejáveis por custarem caro ao Estado e por ameaçarem a posição econômica e social da classe média abastada. É verdade que também uma parte das classes populares – parte do movimento sindical e parte dos trabalhadores da massa marginal – foi, por razões que não são óbvias, atraída pelo discurso neoliberal (BOITO JR, 2016, p.35).

Nessa escalada, observa-se uma certa dificuldade da classe média de se distinguir das classes mais baixas, uma vez que o poder de compra desse último estrato aumentou, sendo possível usufruir de bens e serviços dos quais não podiam antes. Andar de avião, comprar carro e frequentar universidades públicas passaram a ser atividades não mais restritas às classes médias.

**Figura 1 - Brasileiros viajando de avião**



Fonte: G1 <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2010/08/brasileiros-estao-viajando-mais-de-aviao-que-de-onibus.html>>. Acesso: 4 de ago. de 2023.

Outro exemplo de como as políticas petistas voltadas às classes mais pobres incomodavam os mais ricos é a regularização do trabalho das domésticas, garantindo seus direitos como os demais trabalhadores através da PEC Nº 72 de 2013, conhecida como PEC das domésticas. A formalização desse trabalho gerou indignação para a parcela da sociedade que se beneficiava da irregularidade, uma vez que pagariam muito mais por esse serviço.

**Figura 2 - PEC das domésticas**



Fonte: VEJA (<https://veja.abril.com.br/economia/a-legislacao-que-vai-mudar-a-vida-da-familia-brasileira#:~:text=O%20texto%20em%20tramita%C3%A7%C3%A3o%20no,Garantia%20do%20Tempo%20de%20Servi%C3%A7o>>). Acesso: 2 de ago. de 2023)

É importante comentar que a oposição aos governos do PT por parte das classes mais abastadas sempre existiu, no entanto, a crise política e econômica que se agravava no governo Dilma foi capaz de unir “todas as tribos”. Para Jessé de Souza

(2016) os anos entre 2013 e 2015 foram importantes para as alianças que engendraram o golpe em 2016. Para ele, a aliança entre o aparelho jurídico-policial do Estado foi “descortinada” com a operação Lava Jato, enquanto a aliança entre a classe média e a mídia foi “consolidada” com a tentativa de derrubar a PEC 37 (SOUZA, 2016).

As manifestações de junho de 2013 foram importantes para dar voz aos ideários reacionários da classe média. As reivindicações do Movimento Passe Livre e de outras centrais sindicais ligadas às queixas da classe trabalhadora e mais pobre da sociedade em relação ao governo vigente foram aos poucos sendo cooptadas pela grande mídia que se dedicava a dar voz à grande burguesia neoliberal do país. Singer (2018) salienta:

Na face direita, junho foi o início da mobilização da classe média, que acabaria por ter papel decisivo na queda de Dilma [...]. Apesar de a ebulição ter sido detonada por uma fração da esquerda de São Paulo, articulada pelo Movimento Passe Livre (MPL), com o objetivo de revogar o aumento das passagens de ônibus, metrô e trens, no meio do caminho as ruas foram ocupadas por gente que nadava na direção oposta: críticos, mais ou menos conscientes, da suposta corrupção estatista produzida pelos políticos lulistas. No lugar do autonomista MPL, surgiu o liberal MBL (Movimento Brasil Livre). No lugar dos estudantes universitários e secundaristas, os profissionais do Vem Pra Rua. No lugar dos black blocs anarquistas, vestidos de preto, os Anonymous com máscara de Guy Fawkes e uma multidão trajando verde e amarelo (SINGER, 2018, p.103).

**Tabela 1 – Brasil. Renda dos manifestantes dos atos de 2013 (em salários-mínimos<sup>7</sup>)**

| Faixa           | Rio de Janeiro<br>20/06 | Oito Capitais<br>20/06 | Belo Horizonte<br>20/06 |
|-----------------|-------------------------|------------------------|-------------------------|
| Mais baixa      | 34%<br>(até 1 SM)       | 16%<br>(até 2 SM)      | 20%<br>(até 2 SM)       |
| Intermediária 1 | 54%<br>(de 2 a 5 SM)    | 32%<br>(de 2 a 5 SM)   | 35%<br>(2 a 5 SM)       |
| Intermediária 2 | 1%<br>(de 6 a 10 SM)    | 27%<br>(de 5 a 10 SM)  | 24%<br>(de 3 a 10 SM)   |
| Alta            | 11%<br>(mais de 11 SM)  | 25%<br>(mais de 10 SM) | 21%<br>(mais de 10 SM)  |
| Total           | 100%                    | 100%                   | 100%                    |

Fonte: Singer (2018, p. 60). Reorganizada pelas autoras.

7 - O salário-mínimo em 2013 era de R\$678,00. Segundo a calculadora do cidadão, produzida pelo Banco Central do Brasil, que realiza cálculo deflacionário pelo IGP-M (FGV), este valor em junho de 2025 seria equivalente a R\$1.607,04 ou 290,11 dólares americanos.

É possível perceber que, de modo geral, somando as duas frações de rendimento mais alto, quase 50% dos manifestantes recebiam mais de 5 salários-mínimos. A classe trabalhadora estava em peso protestando contra o governo vigente, mas as classes mais altas também eram significativas e, ao longo da escalada de insatisfação com o governo, vão sendo cooptados pela grande mídia a adotar ideais cada vez mais reacionários. Os grupos de direita e de extrema direita crescem na onda de oportunidades vigentes.

A notoriedade da operação Lava Jato e seu lema de combate à corrupção tomou conta dos programas jornalísticos na TV, virou uma novela nas principais emissoras. Boito Jr (2016) salienta que a Lava Jato opera como um partido político da alta classe média, uma vez que é essa que integra o corpo jurídico e da polícia civil que trabalham na operação. Adiciona a isso a convergência dos interesses do capital internacional e da burguesia brasileira.

Assim, toda a moral do combate à corrupção existente na formação da classe média (BOITO JR, 2016) foi incessantemente instigada de forma demasiada pela mídia contra os governos petistas, principalmente a partir de 2013, com o alinhamento das forças burguesas nacionais e internacionais que levou ao impeachment da presidente Dilma, em 2016.

A cooptação e o direcionamento da insatisfação da classe média para ideais contra os trabalhadores e a favor dos mais ricos foram exitosos. Em cada manifestação a favor do golpe evidenciavam-se os ideais neoliberais e até mesmo fascistas estampados em cartazes e bandeiras. Os manifestantes da classe trabalhadora não apareciam mais em peso, mas sim, a classe média ressentida.

### **Figura 3 - Multidão protesta contra o Governo Dilma**



Fonte: El País ([https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992\\_617989.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992_617989.html), Acesso: 2 de ago. de 2023).

As manifestações contra o governo brasileiro também eram articuladas em nível internacional. Brasileiros que viviam em outros países foram às ruas para manifestar sua insatisfação, exercendo a função de redes de seus parceiros ideológicos que buscavam na imigração uma forma de se desvencilhar dos governos petistas.

**Figura 4 - Brasileiros protestam contra governo no exterior (2015)**



Fonte: G1(<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/brasileiros-protestam-contr-governo-no-exterior.html>>. Acesso: 30 de nov. de 2023)

A partir desse descontentamento, percebemos um aumento do deslocamento de brasileiros para outros países, principalmente os EUA. Com a desvalorização do real perante o dólar, esse fluxo migratório passou a valer a pena, pois o poder de consumo de um habitante dos Estados Unidos passou a ser maior do que um habitante do Brasil. Contudo, migrar é dispendioso, o que ressalta a característica do perfil do migrante brasileiro para os Estados Unidos neste período, distinguindo-se de outros países latino-americanos. Assim, acreditamos que o perfil desse fluxo para os EUA é da classe média ressentida com os rumos políticos e econômicos do Brasil, como veremos no próximo item.

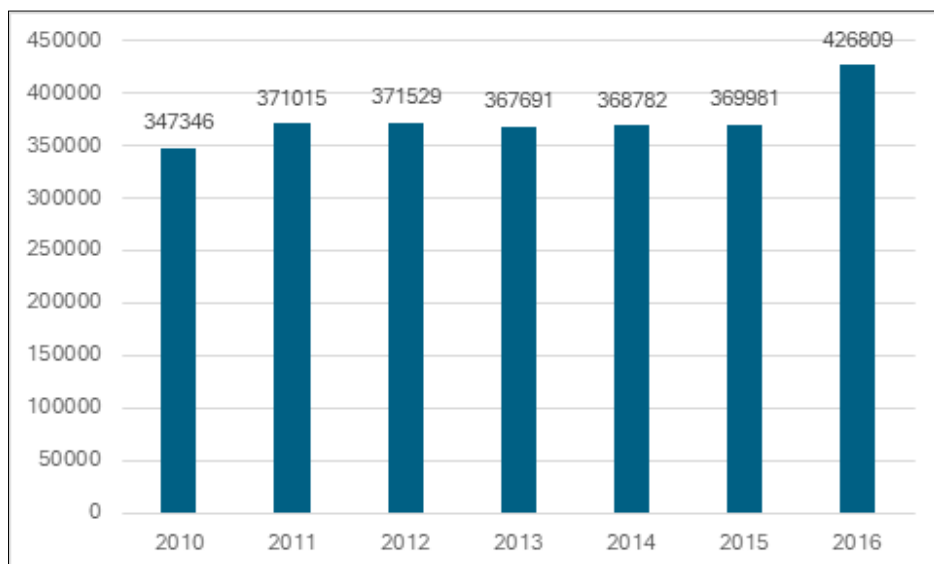
#### 4. ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES PARA A FLÓRIDA

Acreditamos que a partir desse gradativo descontentamento de parcela da população brasileira com o governo brasileiro, conforme demonstrado nas sessões anteriores, foi impulsionado um movimento emigratório, principalmente de parcela das camadas de médio rendimento da sociedade brasileira. Nosso recorte é o estado da Flórida, nos Estados Unidos.

A Flórida é um dos estados com a maior população de brasileiros nos EUA. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores de 2014, viviam no país mais de 1,3 milhão de brasileiros, dos quais, estima-se que 350 mil vivam na Flórida (BRUM, 2018). Entre os motivos que historicamente corroboraram para a migração brasileira para esse estado, sobretudo a partir dos anos 1980, estão atrativos como: o clima semelhante ao do Brasil; a presença significativa de missionários evangélicos; as empresas brasileiras que se instalaram e levaram seus funcionários; a tolerância em relação à orientação sexual, entre outros (MAGALHÃES, 2003), dando início a uma rede de imigração que perdura até os dias de hoje.

Quanto aos dados oficiais dos EUA, segundo o *United States Census Bureau*, em 2014, havia 368.782 brasileiros documentados nos EUA. Em 2015, esse número era de 369.981. Em 2016, ano do golpe contra a presidente Dilma, esse número alcançou 426.809 (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - População brasileira nos Estados Unidos (2010-2016)**

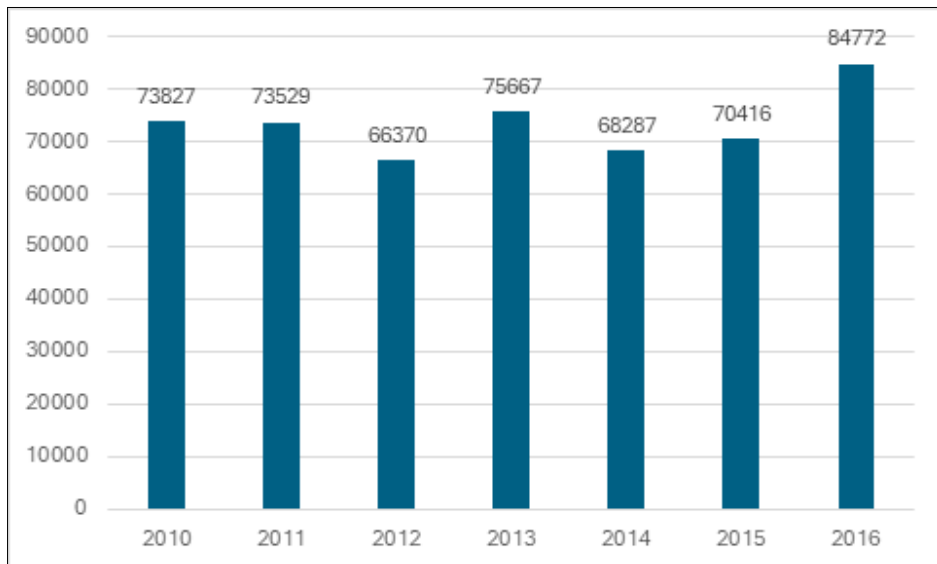


Fonte: Census Bureau (2023).

Levando em conta a burocracia de morar legalmente nos Estados Unidos, o que não é a realidade da maioria dos brasileiros, o aumento de 15,3% de 2016 em relação a 2015 é significativo se comparado aos anos anteriores, em que o crescimento da população não chegou a 1%, à exceção do ano de 2011, que teve um aumento de 6,8% em relação a 2010.

Agora comparemos a população brasileira dentro do recorte desse estudo: a Flórida, Estado localizado no extremo sudeste dos Estados Unidos. Em 2014 eram 68.287 brasileiros, em 2015 esse número aumentou para 70.416 e em 2016 esse contingente atingiu 84.712. Um aumento de aproximadamente 20,4% em 2016 em relação ao ano de 2015. Aqui fica mais claro a escalada do movimento de migração dos brasileiros. Mesmo com o então governo de Donald Trump dificultando a entrada de migrantes no país, restringindo cada vez mais as leis migratórias, os brasileiros arriscaram largar sua estabilidade e tentar se desassociar dos governos petistas (Gráfico 2).

**Gráfico 2 - População brasileira na Flórida (2010-2016)**



Fonte: Census Bureau (2023)

Ainda segundo o *Census Bureau* de 2015, os condados que mais possuem brasileiros são os de Broward, com 19.739; Miami-Dade, com 14.012; Palm Beach, com 8.837 e Orange, com 8.650. Quanto às cidades com mais habitantes brasileiros, temos a Deerfield Beach, com 5.008, localizada no condado de Broward; Orlando, com 4.181, localizada no condado de Orange e Pompano Beach, com 2.649, também localizada em Broward.

Esses dados nos dão uma ideia de onde os brasileiros estão, mas podem ter grandes modificações quando somados ao número dos ilegais. No entanto, o Estado da Flórida é o que mais possui brasileiros legalizados (BRUM, 2018).

A quantidade de comércios voltados para brasileiros nesses condados nos mostra a formação da territorialidade construída ao longo da história dessa imigração. Estabelecimentos como mercados, padarias, bares e igrejas são exemplos de como essa população se manifesta na Flórida. São esses espaços que dão apoio e a vivência cotidiana que muitas vezes fazem falta.

Foi através de grupos de brasileiros que vivem na Flórida na plataforma Facebook que tomamos conhecimento de vários estabelecimentos formados por brasileiros e para brasileiros. Uma das integrantes do grupo comenta que a cidade de Deerfield é conhecida como “Deerfield de Janeiro” fazendo alusão à cidade do Rio de Janeiro, por conta da presença massiva de seus nativos.

Os indivíduos se mobilizam e transformam o espaço para construir representações do seu país de origem, reafirmando laços simbólicos e materiais da cultura. Com isso, fica evidente que há uma territorialização que permite o reforço de laços, afirmação da identidade, ampliação da rede migratória, além do aumento da visibilidade deste grupo e suas demandas (FIGUEIREDO E CELESTINO, 2019).

Quanto ao perfil desses brasileiros e à motivação da partida do Brasil, é importante destacar a linha cronológica do fluxo de brasileiros para a Flórida com o intuito de ressaltar a tese que carregamos até aqui. Esse deslocamento começou recentemente, por volta de 1980, e é conhecido como a primeira onda migratória, quando empresas brasileiras passaram a atuar em Miami, levando seus funcionários. Eram famílias de classe média, que acabavam por levar outros funcionários, como babás. A segunda onda tem início entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, e perdura até 2008, devido à crise econômica mundial. Esse fluxo de brasileiros possui características diferentes da anterior. É uma população com menor poder aquisitivo, de classe mais baixa, trabalhadores comuns que vão tentar a vida nos EUA exercendo subempregos.

A terceira onda tem início ainda em 2008, mas em 2010 há uma importante guinada: seu perfil predominante é de brasileiros ricos, da alta sociedade brasileira, que veem os problemas de segurança pública e econômica como fator decisivo para migrar para os EUA, principalmente para a Flórida.

Em matéria da BBC de agosto de 2015, brasileiros relataram as circunstâncias do seu processo de migração. Todos apontam a violência como um fator importante de motivação. Um dos entrevistados diz que deixou uma casa com sete suítes no Brasil, com vários empregados, para viver nos EUA com o auxílio de apenas dois faxineiros uma vez por mês. Em outra reportagem no jornal O Globo

de julho de 2015, uma engenheira brasileira relata sua indignação e de sua família com o governo do Partido dos Trabalhadores diante da crise:

– Foi a gota d'água – diz Silvia. – Estávamos cansados da corrupção, da violência, do espírito do cada-um-por-si. A gente odeia o PT, o Lula, a Dilma. Vimos que o país estava afundando num buraco e que não havia luz no fim do túnel. Cada escândalo de corrupção que surgia solidificava nossa decisão. Então nos inscrevemos no programa canadense e passamos por um processo trabalhoso. Não digo que foi difícil. Só burocrático (<https://oglobo.globo.com/politica/crise-economica-eleva-em-67-exodo-de-brasileiros-16836569>).

### **Figura 5 - A vida da elite brasileira na Flórida**



Fonte: BBC Brasil

Percebe-se a saída de uma elite cultural e financeira (Figura 5), pessoas graduadas, com bens como casa própria, carros luxuosos e empresas, que partem do Brasil com suas famílias, fugindo da falta de segurança física e econômica. Na matéria acima mencionada, a advogada Renata Castro, que atende imigrantes brasileiros na Flórida, relata o crescimento de pessoas que buscam fazer o processo migratório legalmente. Castro conta que “existe uma clara mudança no perfil. Muitos brasileiros com recursos têm nos procurado para saber como podem migrar legalmente, interessados nas vantagens que a legislação migratória americana oferece ao grupo”.

Vistos emitidos pelos Departamento de Estado Americano, como os de investidores e empreendedores em negócios próprios, são possibilidades para esse perfil de imigrante. A matéria cita uma família que investiu US\$ 500 mil (R\$ 1,8 milhão), valor mínimo na época (atualmente US\$ 800 mil) para conseguir o visto EB-5 para investidores estrangeiros. Esse tipo de visto abrange o casal e seus filhos. Entretanto, ainda na reportagem, dois entrevistados falam sobre o receio de um investimento tão alto. Vinícius Liberato e Leandro Maia estavam passando pelo processo de abrir uma creche e comentam: “Já tomamos dois baldes de água fria. Às vezes nos perguntamos: ‘Será? Vale a pena?’ Mas acredito que, com o trabalho feito de forma séria, você consegue”, diz Liberato. Ou seja, existe o medo de que o processo migratório e todo o investimento demandado seja em vão.

Brum (2018) apresentou em sua pesquisa levantamentos de dados, como a média salarial dos brasileiros e que tipo de empregos exercem, feitos através de um projeto de mapeamento realizado pelo Conselho de Cidadãos da Flórida em 2014.

Segundo o Country Economy a média salarial anual de um norte americano, em 2014, era de aproximadamente \$15,080,4. Levando em conta que, segundo a pesquisa, mais de 50% dos brasileiros ganham mais de \$21,000 por ano, o perfil da maioria dos brasileiros na Flórida está acima da média dos americanos. A maior parte da população brasileira é autônoma (37%), seguida por empregados (35%), empresários (18%) e desempregados (8%). Junto a isso, é importante analisarmos o nível educacional dessa população: 32% dos brasileiros declararam ter o nível secundário completo, 30% declararam possuir o superior completo, 26% não completaram o ensino superior, 10% são formados em pós-graduação e apenas 2% têm o ensino fundamental completo. Em relação ao status de legalidade dessa população, 38% são cidadãos americanos, 29% possuem o *green card*, documentação necessária para morar em definitivo nos EUA legalmente, 23% não possuem documentação, ou seja, estão ilegalmente e 10% possuem algum tipo de visto. Entretanto, apenas 11% dessa amostragem viviam nos EUA há menos de 5 anos, como podemos observar no gráfico a seguir.

Apesar disso, essa pesquisa nos apresenta uma ideia do perfil dos brasileiros na Flórida. Os gráficos, somados às matérias jornalísticas citadas, nos mostram que essa população é diferenciada do restante dos Estados Unidos e que a nova onda migratória surge ainda no governo Lula, mas se agrava durante as crises enfrentadas por Dilma. Possuem um alto poder aquisitivo e grau avançado em relação à escolaridade. A remuneração pode não ser tão alta para o custo de vida norte americano, mas movimenta uma parcela de indivíduos em busca de um maior conforto e status.

Além desse levantamento, fizemos duas entrevistas com brasileiras que moram na Flórida. Os relatos reforçam o que foi constatado até aqui. Ambas são empresárias. G. mora em Aventura, uma cidade localizada no condado de Miami-Dade, onde possui uma pequena agência de viagem. Ela reside nos EUA há mais de 20 anos, dos quais 7 na Flórida. S. também reside nos EUA há mais de 20 anos, sendo nove deles na Flórida, na cidade de Smyrna Beach, localizada no condado de Volusia. Ambas relatam haver uma grande quantidade de brasileiros na Flórida, mesmo a S. não morando numa região com forte presença dessa comunidade. Mencionam a baixa presença de ilegais no Estado, pois o norte do país é mais vantajoso para essa parcela dos imigrantes por ser mais fácil de conseguir trabalho. A S. percebe os anos de 2014 e 2015 como anos de aumento de imigrantes brasileiros, mas as duas relatam o momento atual como um período de saída, por conta das políticas implementadas pelo governador da Flórida, Ron DeSantis.

O atual governador tem adotado políticas cada vez mais restritivas com relação as imigrações. Segundo reportagem da BBC, uma das leis, que entrou em vigor no dia 1º de julho de 2023, restringe o acesso dos indocumentados a empregos, carteira de identidade, serviços de saúde e transporte. Por conta disso, pessoas que vivem ilegalmente, no geral, estão saindo da Flórida e buscando empregos em outras regiões dos Estados Unidos, ou até mesmo retornando. DeSantis diz que vai “[...] adotar um sistema mais parecido com o do Canadá ou da Austrália. Vamos focar em habilidades, e não em coisas como migração em cadeia”. Ou seja, a intenção é facilitar a entrada apenas de pessoas qualificadas profissional e economicamente.

Desta forma, fica evidente que a Flórida possui um perfil diferenciado de imigrantes brasileiros, um novo fluxo que começa no final dos anos 2000 e início dos anos 2010. São indivíduos da alta classe brasileira que vão buscar nos EUA uma alternativa de vida, escapando dos governos petistas e da violência. Passam pelo processo migratório, na maioria das vezes, da forma documentada, através de vistos de empreendedores e investidores para os quais se fazem necessárias aplicações altíssimas em dólares. São pessoas com alto nível de escolaridade e que já ultrapassam a média salarial dos próprios estadunidenses. É importante destacar também a grande quantidade de indivíduos documentados, outro fator que revela uma certa estabilidade na hora de migrar, pois não existe o medo da deportação. Apesar disso, ainda existe o receio em relação aos investimentos por não haver a garantia do sucesso e os custos serem muito elevados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emigração de brasileiros para os Estados Unidos é consideravelmente recente e emerge em um cenário de crise econômica nos anos de 1970. Com a ascensão do governo Lula em 2003, a adoção de políticas públicas voltadas para o social, a economia crescente e as taxas de desemprego em queda, percebeu-se uma diminuição da saída de brasileiros rumo a outros países. As reflexões de Santos (2021) abordam questões sobre as migrações e as relacionam às questões das crises e à configuração de redes que alavancam os movimentos.

Os fluxos migratórios tendem a sair de países em crises das mais variadas, com tendência a seguir para os países centrais, principalmente por conta de melhores condições de vida, melhores oportunidades de emprego, ou até melhores oportunidades de estudos. Com a retomada do desenvolvimento econômico e social do Brasil, os países centrais tenderiam a diminuir seus poderes de atração, não fossem outras questões de ordem política ou ideológica.

Neste sentido, os movimentos migratórios se relacionam com as questões cíclicas da economia, com as suas variações políticas e/ou de conjunturas econômicas de escalas diversas e com rebatimentos significativos para o fortalecimento da sensação do início do processo migratório. Ressalte-se que a migração é um movimento que causa sofrimento ao indivíduo migrante, com adaptações complexas pela língua, pela cultura, pela busca de moradia, pelo acolhimento etc. (Martins, 1986 e Melchior, 2008). Assim, uma parcela da população que poderia ser identificada como de classe média, com privilégios seculares obtidos no Brasil, se sujeita a passar por dificuldades em outros países, com padrão de vida aparentemente reduzido, mas com objetivos de ganhos financeiros ou de busca por segurança, ainda que seja apenas uma sensação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A legislação que vai mudar a vida da família brasileira. **Veja**, São Paulo, 24 mar. 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/a-legislacao-que-vai-mudar-a-vida-da-familia-brasileira>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ANTUNES, R. Fenomenologia da crise brasileira. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 9-26, dez. 2015.

BOITO JR., A. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 29-38.

BRASILEIROS estão viajando mais de avião que de ônibus. **G1**, Rio de Janeiro, 15 ago. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2010/08/brasileiros-estao-viajando-mais-de-aviao-que-de-onibus.html>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASILEIROS protestam contra governo no exterior. **G1**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/brasileiros-protestam-contr-governo-no-exterior.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRUM, A. G. **Brasileiros no exterior: o caso da Flórida**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2018.

CHAUÍ, M. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 18-28.

COUNTRY ECONOMY. **Country Economy**. [Site dinâmico, sem data de publicação fixa]. Disponível em: <https://countryeconomy.com/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

EL PAÍS. Uma multidão protesta contra o Governo Dilma. **El País**, 15 mar. 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992\\_617989.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/15/politica/1426458992_617989.html). Acesso em: 30 nov. 2023.

FERNANDES, D. M.; NUNCAN, C. S.; CARVALHO, M. A. O fenômeno da migração internacional de retorno como consequência da Crise Mundial. **Revista de Estudos Demográficos**, Lisboa, n. 49, p. 69-98, jun. 2011.

FIGUEIREDO, R. F.; CELESTINO, M. C. L. Migrantes brasileiros nos Estados Unidos: as novas tendências migratórias pensadas através da mobilidade do trabalho e produção e reprodução do espaço urbano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Editora UFES, 2019. p. 1449-1467.

IASI, M. A rebelião do desejo. In: HARVEY, D. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 45-52.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Org.). **Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 12-16.

KURZ, R. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial: para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.). **Travessias na desordem global**. São Paulo: Paulinas, 2005. P25-36.

LIMA, Á. E. de C. e; CASTRO, A. de L. B. de. **Brasileiros nos Estados Unidos: meio século (re)fazendo a América (1960-2010)**. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

MAIA, O. A. Brasileiros no mundo: o ambiente mundial das migrações e a ação governamental brasileira de assistência a seus nacionais no exterior. In: Ministério das Relações exteriores (MRE). **I Conferência “Brasileiros no Mundo”**. MRE: Brasília, 2009.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MELCHIOR, L. **Redes sociais e migrações laborais: múltiplas territorialidades : a constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão**. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

PANOSSO, M. T. O retorno de brasileiros em tempos de crise: motivações, obstáculos e desafios. **R. METAXY**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 56-77, out. 2019.

REIS, R. R. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 47-69, jan./jun. 2011.

SALES, T. Brasileiros nos Estados Unidos. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior – Brasileiros no Mundo**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 383-398.

SANTOS, G. A. Redes e Território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, L. R. (Org.). **Redes, Sociedades e Território**. 3. ed. Santa Cruz do Sul: Editora Unisc, 2021. p. 7-364.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2012.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). São Paulo: **Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania**, 2015.

SINGER, A. **O Lulismo em crise**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 392 p.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe. Entenda como e por que você foi enganado.** Rio de Janeiro: Leya, 2016.

U.S. CENSUS BUREAU. **Explore Census Data.** Disponível em: <https://data.census.gov/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

Recebido em: 08 maio 2025. Aceito em: 30 jun. 2025.